

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.682 - RO (2019/0340643-8)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : RODÃO AUTO PEÇAS LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ CRISTIANO PINHEIRO - RO001529
VALÉRIA MARIA VIEIRA PINHEIRO - RO001528
RECORRIDO : JOSÉ ROBERTO BARBOZA
ADVOGADO : JUAREZ FERREIRA LIMA - RO008789

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 7/STJ.

1. Ação de reparação por danos materiais e morais.
2. O reexame de fatos e provas não é permitido na via especial.
3. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por RODÃO AUTO PEÇAS LTDA, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 26/06/2019

Processo distribuído ao Gabinete em: 27/11/2019

Ação: de reparação por danos materiais e morais ajuizada por JOSÉ ROBERTO BARBOZA, em face de RODÃO AUTO PEÇAS LTDA, na qual requer a restituição de valor pago indevidamente à funcionária da empresa, bem como o pagamento de indenização por danos morais.

Sentença: julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na petição inicial.

Acórdão: negou provimento ao recurso de apelação interposta pela recorrente, nos termos do aresto assim ementado:

Apelação cível. Ação de indenização por danos materiais c/c danos morais. Consórcio.

Pagamento efetuado à funcionária da empresa. Teoria da aparência. Aplicabilidade. Danos materiais e morais devidos. Litigância de má-fé. Configurada. Ausência. Pedido em contrarrazões.

Via inadequada.

Nas relações de consumo, a empresa envolvida na cadeia de consumo responde por danos causados ao consumidor.

Quem procedeu de boa-fé, levado pela aparência de uma situação de estado, deve ter assegurada a proteção nas relações jurídicas.

Deve indenizar os danos materiais e morais aquele que causa dano a alguém.

Para reconhecer a aplicação da multa por litigância de má-fé, é necessário que haja atos desleais do autor.

É inviável a apreciação de pedido formulado em contrarrazões, se não se constitui a via adequada para buscar a modificação da sentença (e-STJ fl. 248).

Recurso Especial: a recorrente alega violação dos arts. 186 e 309 do CC, defendendo que não deve ser aplicada a teoria da aparência à presente hipótese, haja vista que o recorrido agiu *de maneira duvidosa e temerosa ao pagar diretamente o lance do consórcio a uma funcionária da Recorrente, pois tinha conhecimento de que tal pagamento deveria ser feito à administradora do consórcio por meio de boleto* (e-STJ fl. 268).

Alega, ainda, que a reparação por danos morais é incabível, pois não restou comprovado dolo por parte da recorrente e que o recorrido não teria demonstrado a existência do dano moral sofrido.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido pelo Tribunal de origem acerca do cumprimento dos requisitos necessários à aplicação da teoria da aparência à hipótese dos autos e à configuração dos danos morais indenizáveis, demandaria o reexame de fatos e provas o que não é permitido na via especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste

recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 17% atualizado do proveito econômico obtido (e-STJ fl. 247) para 20%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora